Os desafios do desenvolvimento socioambiental e as horizontalidades: Pontes entre região, o Estado e o cotidiano

Florianópolis (SC) – 2024

RENDA DE QUALIDADE TERRITORIAL NO BRASIL (?): ELABORAÇÃO DE MODELO DE ANÁLISE

Ivoneti da Silva Ramos[1]
Valério Alécio Turnes[2]

Resumo
Estudos demonstram que o desenvolvimento sustentável em zonas rurais francesas desfavorecidas na década de 1990 estava relacionado à especificação de produtos agrícolas ancorados territorialmente, capazes de gerar renda de qualidade territorial (RQT). Os pesquisadores franceses elaboraram uma matriz de análise para a RQT com base na teoria da cesta de bens e serviços territoriais. Há duas décadas estuda-se o tema dos recursos específicos territoriais em Santa Catarina e recentemente a RQT entrou na agenda. Este artigo objetiva apresentar um modelo de matriz de atributos específicos territoriais que tem o intuito de apoiar a análise da renda agregada por ativos específicos, considerando a realidade territorial brasileira. Foi aplicada pesquisa bibliográfica, análise qualitativa e quantitativa de dados primários e recursos estatísticos, com pré-teste aplicado à produção

[1] Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc); Mestre; São José, Santa Catarina, Brasil, ivoneti.ramos@udesc.br. Este artigo é parte dos resultados de atividades previstas nos seguintes projetos de pesquisa: 1) O Enfoque da Cesta de bens e serviços territoriais: modelo de análise do Desenvolvimento Territorial Sustentável (Edital Universal do CNPq); 2) Desenvolvimento territorial sustentável: interfaces entre a Cesta de bens e serviços, mercados e marcas territoriais (Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (Fapesc), Chamada Pública Fapesc nº 12/2020, Programa de Pesquisa Universal; 3) Inovação e transição sustentável: Cesta de bens e serviços em territórios amazônicos, Edital de chamada pública Confap nº 003/2022, Programa de apoio a projetos de pesquisa Iniciativa Amazônia +10, que conta com o financiamento da Fapesc (Termo de Outorga Nº 2022TR002173; 4) Desenvolvimento territorial sustentável: a Cesta de bens e serviços, mercados e marcas territoriais, Edital de bolsa de produtividade em pesquisa CNPq – PQ 2022. E no âmbito do Grupo de Pesquisa Politeia, projeto integrador Coprodução, accountability e inovação: dilemas e perspectivas na administração pública contemporânea no Edital de Chamada Pública – PAP FAPESC Nº 48/2022, Apoio à infraestrutura para grupos de pesquisa da Udesc, (Termo de Outorga Nº 2023TR000519), com vigência de 2023 a 2025.

[2] Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc); Doutor; Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, valerio.turnes@udesc.br

das agroindústrias familiares da Serra Catarinense. Como resultado, apresenta-se a primeira versão da matriz.

Palavras-chave: Desenvolvimento Territorial Sustentável. Economia Territorial. Renda de Qualidade Territorial. Cesta de Bens e Serviços Territoriais. Modelo de Análise.

Territorial Quality Income in Brazil (?): Development of an Analytical Model

Abstract

Studies show that sustainable development in disadvantaged rural areas of France in the 1990s was related to the specification of territorially anchored agricultural products, capable of generating Territorial Quality Income (TQI). French researchers developed an analytical matrix for TQI based on the theory of the basket of territorial goods and services. The topic of territorial-specific resources has been studied in Santa Catarina for two decades, and recently, TQI has entered the agenda. This article aims to present a model of a matrix of territorial-specific attributes intended to support the analysis of income generated by specific assets, considering the Brazilian territorial reality. Bibliographical research, qualitative and quantitative analysis of primary data, and statistical resources were applied, with a pre-test conducted on the production of family agribusinesses in the Serra Catarinense region. As a result, the first version of the matrix is presented.

Keywords: Sustainable Territorial Development. Territorial Economy. Territorial Quality Income. Basket of Territorial Goods and Services. Analytical Model.

1 Introdução

Lacroix, Mollard e Pecqueur (1998) ressaltam que o desenvolvimento sustentável em zonas rurais desfavorecidas pode ser impulsionado pela especificação de produtos agrícolas com forte ligação territorial. Embora as

pesquisas dos anos 1990 enfatizassem a diferenciação dos produtos com base na sua origem local, os autores destacam que, entre os produtos de qualidade territorial, alguns agregam mais valor do que outros.

Com o objetivo de aprofundar essa discussão, Lacroix, Mollard e Pecqueur (2000) apontam que, embora a escolha dos consumidores seja geralmente influenciada pelas características originais dos produtos, a origem também pode ser um atributo valorizado. A tese defendida é que os consumidores extraem utilidade do território de origem, incorporada como um atributo do produto, o qual pode se refletir como uma externalidade qualitativa no preço final.

Para demonstrar a existência desse valor, os autores realizaram estudo de caso a partir do azeite de Nyons (Barronies), o qual foi comparado com outros azeites com as mesmas propriedades intrínsecas (tipo de produção, qualidade da azeitona, sabor...). Perceberam o diferencial de preços entre azeites de qualidade territorial específica, enfatizando que a internalização das características ligadas ao território – insumos que não se configuram em custos aos produtores - forma uma renda derivada de características decorrentes do território, que denominaram de Renda de Qualidade Territorial (RQT) (Pecqueur, 2001; Mollard, 2001).

A pesquisa sobre a Renda de Qualidade Territorial (RQT) tem sido realizada predominantemente na França desde sua concepção e, de forma inédita, será aplicada no Brasil, especialmente no território de Santa Catarina, com foco em agroindústrias familiares. O objetivo deste artigo é apresentar o desenvolvimento de um modelo inicial de matriz que auxilie na investigação da RQT no Brasil. Além desta introdução, o artigo está organizado da seguinte forma: uma seção que discute os aspectos teóricos relacionados à RQT, seguida pela apresentação dos métodos

utilizados. Por fim, é apresentado o modelo inicial da matriz de apoio ao estudo da RQT no Brasil.

2 Aspectos teóricos da Renda de Qualidade Territorial

A teoria da Renda de Qualidade Territorial (RQT) está inserida no contexto da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST), sendo, portanto, fundamental entender seus principais elementos. A CBST envolve uma estratégia coletiva e diferenciada de desenvolvimento territorial, conduzida por um grupo de diversos atores, com o objetivo de valorizar recursos territoriais específicos. A RQT, por sua vez, é uma teoria correlacionada e um resultado dessa estratégia.

Os recursos e ativos territoriais específicos são elementos básicos na teoria da CBST e diferenciam-se dos recursos e ativos genéricos, tradicionalmente conhecidos. Os recursos e ativos genéricos são aqueles totalmente transferíveis, cujo valor é um valor de troca. Os recursos e ativos específicos são aqueles que possuem características únicas e intransferíveis, ligadas diretamente ao território onde estão localizados. Esses recursos apresentam limitações para serem replicados em outros lugares (Benko e Pecqueur, 2001), e por isso, Mollard (2001) diz que não são apenas produtos e serviços que são vendidos localmente, mas o próprio território acaba sendo um "produto" vendido. A valorização dos recursos específicos decorre de contribuições de atores sociais de diversas categorias profissionais e da integração de outros elementos, a exemplo de amenidades ambientais (paisagens, climas, etc.), saberes tradicionais e fatores históricos e culturais.

Lacroix, Mollard e Pecqueur (1997) analisaram para um conjunto de territórios, as contribuições de recursos territoriais na oferta e demanda de bens e

serviços de qualidade e identificaram uma oferta compósita e específica, caracterizada por bens e serviços ancorados num determinado território, o que fundamentou o enfoque da CBST.

Dentre os territórios estudados, o caso da região de Baronnies (França) foi o que ganhou mais visibilidade nessa direção. Nesse território, os autores observaram a existência de um conjunto de bens e serviços territorializados, que chamaram de cesta de bens e serviços, descrita a partir da sua composição em torno de um produto líder, o azeite de oliva - com denominação de origem controlada, produzido tradicionalmente em árvores milenares cultivadas em terraços - e os vinhos locais, o turismo rural, os óleos essenciais e as plantas aromáticas (Lacroix, Mollard e Pecqueur, 1997)[3]. Daí se depreende o efeito cesta, que ocorre quando o consumidor adquire um produto de qualidade territorial, mas é atraído a comprar outros bens ou serviços territoriais.

Essa valorização conjunta das características intrínsecas do território e da qualidade dos produtos e serviços ancorados territorialmente gera uma renda diferenciada, a qual foi denominada de renda de qualidade territorial (Mollard, Pecqueur e Lacroix (2000). Os três principais componentes da Cesta explicam a conformação de RQT (Pecqueur, 2001): i) Um conjunto de bens e serviços complementares que reforçam os mercados locais; ii) Uma combinação de bens privados e públicos que contribuem para o desenvolvimento da imagem e reputação de qualidade do território; iii) Um sistema de governança territorial, resultado da

[3] Outro elemento constatado em *Baronnies* se refere à existência de redes de atores locais articuladas em torno da produção e oferta, condição que permite a sustentabilidade a CBST (Lacroix, Mollard e Pecqueur, 1997).

coordenação interativa entre produtores da cesta a fim de internalizar a renda da qualidade territorial (atores público, privados e associativos).

Em suma, a CBST enfoca a ideia de que diferentes territórios oferecem uma combinação única de bens e serviços que influenciam a qualidade de vida dos habitantes e a atratividade econômica do local (Lacroix, Mollard e Pecqueur, 1997; Hirczak et al., 2008; Cazella et al., 2020). Esses bens e serviços podem incluir, dentre outros: infraestrutura, serviços públicos, recursos naturais, ambiente, cultura e lazer. A análise da cesta de bens e serviços territoriais é utilizada para avaliar o desenvolvimento dos territórios, comparar diferentes áreas e planejar políticas públicas que promovam o bem-estar e a sustentabilidade econômica.

Neste contexto, Mollard (2001) analisa o conceito de RQT enquanto uma combinação de duas rendas de qualidade distintas: uma decorrente do produto e outra do território. Para o autor, a RQT associa a valorização das características intrínsecas de um determinado espaço à qualidade dos produtos e serviços que lhe estão associados, os quais podem induzir o desenvolvimento territorial. Assim, considera que a sua formulação evidencia, também, os procedimentos metodológicos de apuração desta renda ao evidenciar *ex-post* a existência de diferenciais de preços observados e *ex-ante* o potencial de satisfação dos consumidores.

> Uma série de critérios deve ser observado na realidade e reunidos em uma matriz sintética para que as várias formas de renda sejam mobilizadas: renda territorial devido à promoção de recursos específicos em determinadas áreas; renda de qualidade ligada ao surgimento de produtos ou serviços de qualidade; renda de qualidade territorial, quando todos esses elementos interagirem (Mollard, 2001, p. 15, tradução nossa).

O autor relata que essa formulação foi elaborada depois de anos de observações empíricas nas regiões de Baronnies e Bas-Chablais, as quais evidenciaram diferenças marcantes entre os dois territórios: enquanto Baronnies se apresenta como um modelo puro da renda de qualidade territorial, em Bas-Chablais há uma oferta dispersa de bens e serviços, mesmo que sejam de qualidade territorial (Mollard, 2001).

Com base nesses elementos, este artigo oferece reflexões sobre a valorização de bens e serviços territoriais que podem ser impulsionados pelas agroindústrias, com foco no território da Serra Catarinense. Para isso, foi elaborado, de forma preliminar, um modelo de matriz que permite visualizar a valorização territorial a partir dos recursos específicos utilizados na produção e comercialização desses bens e serviços. Além disso, o artigo busca contribuir para a caracterização da Renda de Qualidade Territorial (RQT) no Brasil, já que essa teoria tem sido aplicada apenas na França até o momento.

3. Aspectos Metodológicos

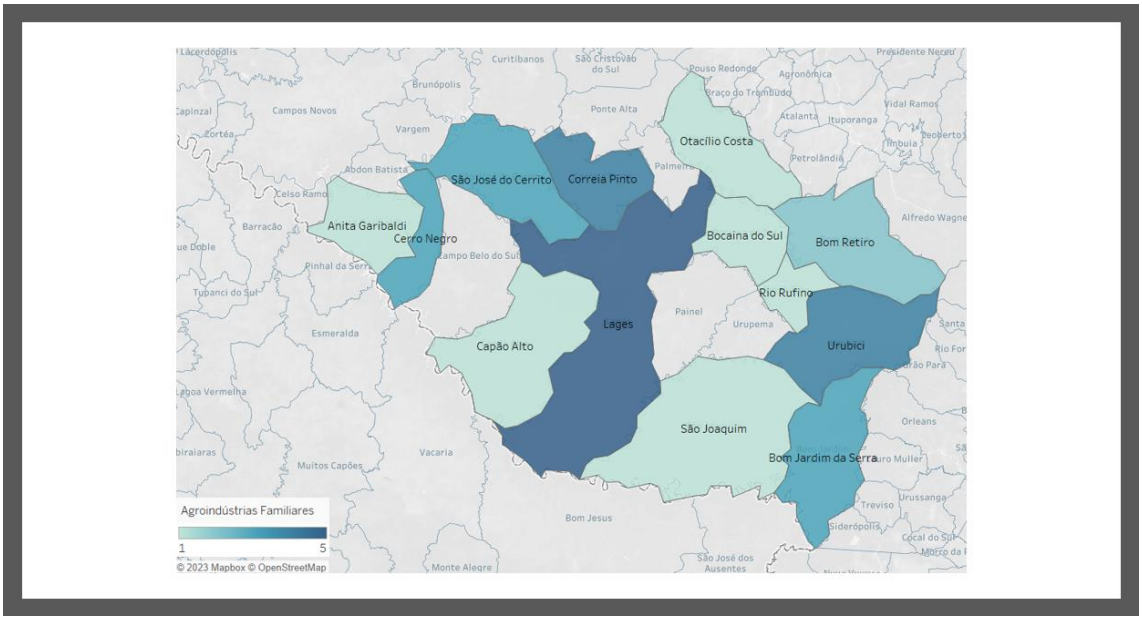
A pesquisa foi realizada a partir das agroindústrias da amostra obtida pela pesquisa de campo realizada pelo Lemate/UFSC em 2021/2022 na Serra Catarinense. Os pesquisadores do Lemate levantaram o número de estabelecimentos e dos produtos por meio de contatos com profissionais dos escritórios da Epagri de todos os dezoito municípios, adotando como critérios:

- o predomínio do trabalho familiar, a localização não restrita ao rural,
- o foco em produtos alimentícios artesanais,

- agroindústrias formais ou com potencial para serem formalizadas.

Das 96 AIFs levantadas, os pesquisadores sortearam 30 para a amostra, as quais estão distribuídas em 13 municípios da Serra Catarinense, conforme mapa a seguir.

Mapa 1: Municípios com agroindústrias familiares na Serra Catarinense (amostra)

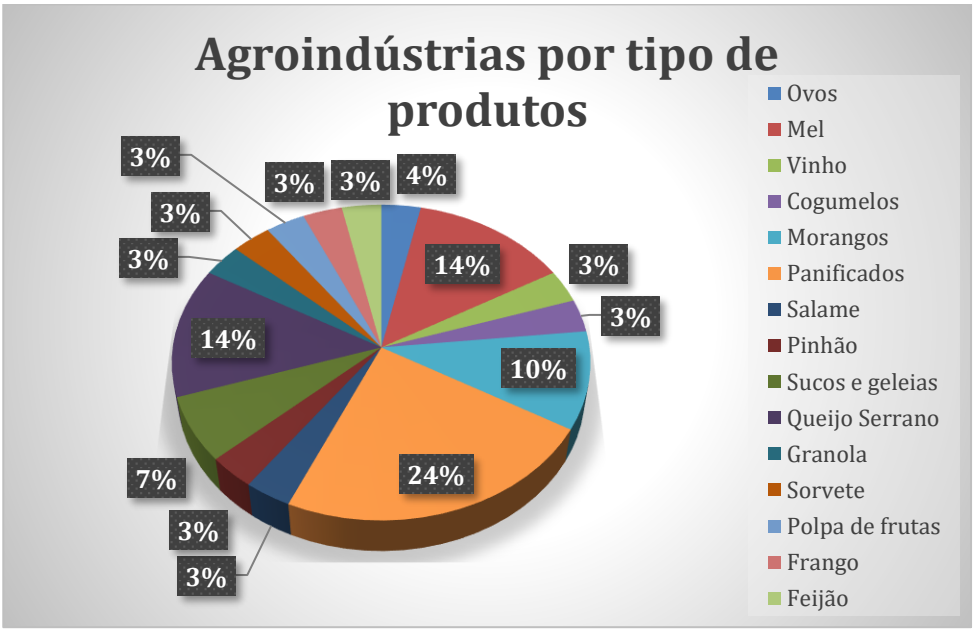


Fonte: Elaboração própria no Tableau Public (2024) com base em Lemate/UFSC (2021/2022)

Considerando os critérios da amostra, os municípios que mais concentram agroindústrias são: Lages (5), Correia Pinto (4) e Urubici (4). Três municípios apresentam 3 agroindústrias cada: Cerro Negro, Bom Jardim da Serra e São José do Cerrito. Na sequência vem Bom Retiro com 2 agroindústrias, e os demais municípios com 1 agroindústria cada um: Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Capão Alto, Otacílio Costa, Rio Rufino e São Joaquim.

Das 5 agroindústrias pesquisadas em Lages, 2 atuam com mel e derivados, 1 produz cucas e bolachas, 1 atua na área de cogumelos e 1 produz feijão de diversos tipos. Em Correia Pinto, a produção se distribui em pinhão, salames, linguiça, mel, bolacha e pães caseiros. Em Urubici, a diversificação inclui bolachas, pães, queijo serrano, sorvete, picolé e sucos. Bom Jardim da Serra concentra a produção de morangos em duas agroindústrias, sendo que uma delas produz também geleia, e produção de queijo serrano na terceira. Cerro Negro tem uma a produção que se aproxima de Bom Jardim da Serra no tocante a morangos e queijos, complementando com pães, bolos e bolachas. São José do Cerrito apresenta produção de pinhão, queijo serrano e frangos. Bom Retiro produz bolachas e granola. Anita Garibaldi produz ovos, Capão Alto produz vinho, Rio Rufino tem produção variada de salgadinhos e bolachas, São Joaquim produz polpas de frutas e Otacílio costa produz sucos e geleias. O gráfico abaixo mostra a distribuição das agroindústrias por tipo de produtos.

Gráfico 1: Distribuição das agroindústrias por tipo de produtos.



Fonte: Lemate/UFSC (2021/2022)

A produção de 18 agroindústrias está concentrada em panificados (24%), queijo serrano (14%), mel (14%) e morangos (10%). Enquanto a produção de 12 agroindústrias se distribui nos demais produtos analisados, a maioria com aproximadamente 3% de representatividade, salvo sucos e geleias com 7%.

Contudo, para aplicar os estudos da área da renda de qualidade territorial, foi necessário demonstrar a relação da especificidade territorial da produção das agroindústrias e para isso, foi elaborada a Matriz de Atributos Específicos Territoriais (MATER), que será apresentada na próxima seção. E para a aplicação do pré-teste foram utilizadas três agroindústrias que produzem queijo serrano e que responderam o questionário qualitativo na amostra: Queijaria Dona Hilda (São José do Cerrito), Queijos Pirina (Bom Jardim da Serra) e Queijos Tio Niva (Urubici).

O desenvolvimento do modelo considera duas etapas: 1. a parte teórica, realizada por meio de pesquisa bibliográfica, a partir do conceito de ativos específicos em Benko e Pecqueur (2001) e na abordagem da cesta de bens e serviços territoriais e na teoria da renda de qualidade territorial desenvolvida por Mollard (2001) e Pecqueur (2001); 2. a parte empírica considerou dados extraídos da pesquisa de campo realizada em 2021/2022, aplicada a agroindústrias familiares na Serra Catarinense. O tratamento dos dados levantados pelo Lemate/UFSC e a produção de gráfico foi realizada com o apoio de planilha excel, enquanto a produção de mapa foi realizada com o software Tableau Public.

Entende-se que para aplicar os estudos da renda de qualidade territorial é necessário demonstrar a especificidade territorial e para isso, este estudo apresenta uma versão preliminar da Matriz de Atributos Territoriais – especificação de recursos (MATER) com vistas a aproximação com a realidade brasileira. Assim, a seguir, apresenta-se o modelo embrionário da matriz.

4 Matriz de atributos territoriais – especificação de recursos (MATER)

Para analisar a questão da especificidade dos recursos territoriais que pudesse possibilitar a análise dos dados coletados, foi elaborada a Matriz de Atributos Territoriais – Especificação de recursos (MATER). Inicialmente foram listados os atributos de acordo com a literatura da área de desenvolvimento territorial sustentável (DTS), após foram fundamentados os descritores e então foram aplicados a 03 agroindústrias da amostra. A figura a seguir mostra o modelo da matriz que foi intitulada pelos autores do presente artigo de "Matriz de atributos territoriais – especificações de recursos (Mater)"

Figura 1: Modelo da Matriz de Atributos Territoriais – Especificações de Recursos (Mater)

MATRIZ DE ATRIBUTOS TERRITORIAIS - ESPECIFICAÇÃO DE RECURSOS (MATER)													
Dados gerais				Atributos									Pontuação de Especificidade
Nº	Município/ Território	Empreendimento	Produto	Saber-fazer Familiar	Ambientais/ Paisagísticos	Históricos	Culturais/ Tradições	Sistema de Governança	Processos Produtivos Únicos	Marca de Certificação	Marca Coletiva	Indicação Geográfica	Contagem
1	Nome	Nome	Relação										

Fonte: Elaboração própria (2024)

Nos dados gerais serão enumerados os empreendimentos, este número servirá apenas para controle quantitativo de unidades analisadas (não há relação com ordem de prioridade ou ranqueamento). Na sequência há espaço para inserir o nome do município/território em que o empreendimento está alocado, o nome do empreendimento e a relação de bens e/ou serviços produzidos.

Em seguida, a matriz apresenta 9 atributos territoriais levantados na bibliografia da área DTS, sendo que sua descrição pode ser vista no quadro a seguir.

Quadro 1: Descritores dos atributos territoriais na Mater

Nº	Descritores Atributos Territoriais - Especificação de recursos	Descrição	Fundamentos	Critério	Pontuação
1	Saber-fazer Familiar	O saber-fazer é, antes de tudo, uma capacidade prática, uma competência que não implica necessariamente conhecimentos formalizáveis,codificáveis. O meio rural é o local privilegiado deste saber-fazer.	Gorz (2005) e Campos 2007	Utiliza receita de família ou modo de fazer passado de geração em geração	1
				Não utiliza receita de família ou modo de fazer passado de geração em geração	0
2	Ambientais/Paisagísticos	Um conjunto de bens públicos com imagens positivas	Mollard (2001)	Alia imagem do produto com características ambientais paisagísticas da região	1
				Não alia imagem do produto com características ambientais paisagísticas da região	0
3	Históricos	A valorização dos recursos específicos decorre de contribuições diversos elementos, dentre eles os fatores históricos.	Benko e Pecqueur (2001) e Mollard (2001)	Utiliza fatores históricos na marca ou na divulgação dos produtos	1
				Não utiliza fatores históricos na marca ou na divulgação dos produtos	0
4	Culturais/Tradições	Entende -se a tradição como um conjunto de sistemas simbólicos que são passados de geração a geração e que tem um caráter repetitivo A tradição coordena a ação que organiza temporal e espacialmente as relações dentro da comunidade e é um elemento intrínseco e inseparável da mesma	Luvizotto (2010)	Utiliza fatores culturais e da tradição na marca ou na divulgação dos produtos	1
				Não utiliza fatores culturais e da tradição na marca ou na divulgação dos produtos	0
5	Sistema de Governança	Dentre os componentes da Cesta explicam a conformação de RQT: iii) Um sistema de governança territorial, resultado da coordenação interativa entre produtores da cesta a fim de internalizar a renda da qualidade territorial (atores público, privados e associativos)	Pecqueur (2001)	Participa de associação de produtores/Participa de cooperativas/Participa de grupos estratégicos de planejamento territorial	1
				Não participa de associação de produtores/Participa de cooperativas/Participa de grupos estratégicos de planejamento territorial	0
6	Processos Produtivos Únicos	Esses bens e serviços ganham valor por serem intrinsecamente ligados ao território e não podem ser replicados em outros lugares da mesma forma. O "modo de produção único" envolve um processo que valoriza a identidade territorial.	Pecqueur (2001)	Utiliza matéria prima com propriedades únicas da região/utiliza método de produção único da região	1
				Não utiliza matéria prima com propriedades únicas da região/utiliza método de produção único da região	0
7	Marca de Certificação	Marca de certificação: aquela usada para atestar a conformidade de um produto ou serviço com determinadas normas ou especificações técnicas, notadamente quanto à qualidade, natureza, material utilizado e metodologia empregada.	Art. 123, INCISO II, Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 Art. 4º, Alínea c, Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989	Utiliza marca de certificação (uma ou mais): nacional, estadual, municipal (SIF, SIE, SIM, Selo Arte, SISBI-POA, etc)	1
				Não utiliza marca de certificação	0
8	Marca Coletiva	Destinada a identificar e distinguir produtos ou serviços provenientes de membros de uma pessoa jurídica representativa de coletividade, aquela usada para identificar produtos ou serviços provindos de membros de uma determinada entidade	Art. 123, INCISO III, Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996	Utiliza marca coletiva	1
				Não utiliza marca coletiva	0
9	Indicação Geográfica	Considera-se denominação de origem o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos.	Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996	Possui indicação geográfica (Do: denominação de origem ou IP: indicação de procedência)	1
				Não possui indicação geográfica (denominação de origem ou indicação de procedência)	0

Fonte: Elaboração própria (2024) com base em Gorz (2005), Campos (2007), Mollard (2001) Luvizotto (2010), Brasil (1996), Brasil (1989)

Para indicar a ausência ou presença de um respectivo descritor usa-se 0 (zero) ou 1 (um), respectivamente. A seguir, tem-se uma breve descrição dos atributos.

O atributo 1, o saber-fazer, é antes de tudo, uma capacidade prática, uma competência que não implica necessariamente conhecimentos formalizáveis, codificáveis e o meio rural é o local privilegiado deste saber-fazer (Gorz, 2005; Campos, 2007). O critério na matriz considera 1 (um) se a agroindústria utiliza receita de família ou modo de fazer passado de geração em geração ou 0 (zero) se não utiliza receita de família ou modo de fazer passado de geração em geração.

O atributo 2, ambientais/paisagísticos, é formado por um conjunto de bens públicos com imagens positivas (Mollard, 2001). O critério na matriz considera 1 (um) se a agroindústria alia imagem do produto com características ambientais

paisagísticas da região e 0 (zero) se não alia imagem do produto com características ambientais paisagísticas da região.

O atributo 3, históricos, está relacionado à valorização dos recursos específicos decorrente de fatores históricos (Benko e Pecqueur, 2001; Mollard, 2001). O critério na matriz considera 1 (um) se a agroindústria utiliza fatores históricos na marca ou na divulgação dos produtos e 0 (zero) se não utiliza fatores históricos na marca ou na divulgação dos produtos.

O atributo 4, cultura/tradição, entendido como um conjunto de sistemas simbólicos que são passados de geração a geração, que organiza temporal e espacialmente as relações dentro da comunidade, sendo um elemento intrínseco e inseparável da mesma (Luvizotto, 2010). O critério na matriz considera 1 (um) se a agroindústria utiliza fatores culturais e da tradição na marca ou na divulgação dos produtos e 0 (zero) se não utiliza fatores culturais e da tradição na marca ou na divulgação dos produtos.

O atributo 5, sistema de governança, relaciona-se ao que Pecqueur (2001) indica dentre os componentes da Cesta que explicam a conformação de RQT: iii) Um sistema de governança territorial, resultado da coordenação interativa entre produtores da cesta a fim de internalizar a renda da qualidade territorial (atores público, privados e associativos). O critério na matriz considera 1 (um) se a agroindústria participa de associação de produtores/de cooperativas/de grupos estratégicos de planejamento territorial e 0 (zero) se não participa de associação de produtores/de cooperativas/de grupos estratégicos de planejamento territorial.

O atributo 6, processo produtivo único, relaciona-se aos bens e serviços que ganham valor por serem intrinsecamente ligados ao território e não podem ser

replicados em outros lugares da mesma forma, com modo de produção único envolve um processo que valoriza a identidade territorial (Pecqueur, 2001). O critério na matriz considera 1 (um) se a agroindústria utiliza matéria prima com propriedades únicas da região/utiliza método de produção único da região e 0 (zero) se não utiliza matéria prima com propriedades únicas da região/utiliza método de produção único da região.

O atributo 7, marca de certificação, é aquela usada para atestar a conformidade de um produto ou serviço com determinadas normas ou especificações técnicas, notadamente quanto à qualidade, natureza, material utilizado e metodologia empregada (Brasil, 1989; 1996). O critério na matriz considera 1 (um) se a agroindústria utiliza marca de certificação (uma ou mais): nacional, estadual, municipal (SIF, SIE, SIM, Selo Arte, SISBI-POA, etc), e 0 (zero) se não utiliza marca de certificação (uma ou mais): nacional, estadual, municipal (SIF, SIE, SIM, Selo Arte, SISBI-POA, etc)

O atributo 8, marca coletiva, destinada a identificar e distinguir produtos ou serviços provenientes de membros de uma pessoa jurídica representativa de coletividade, aquela usada para identificar produtos ou serviços provindos de membros de uma determinada entidade (Brasil, 1996). O critério na matriz considera 1 (um) se a agroindústria utiliza marca coletiva e 0 (zero) se não utiliza marca coletiva.

O atributo 9, indicação geográfica, considera-se denominação de origem o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos (Brasil, 1996). O critério na matriz considera 1 (um) se a agroindústria possui indicação

geográfica (Do: denominação de origem ou IP: indicação de procedência) e 0 (zero) se não possui indicação geográfica (Do: denominação de origem ou IP: indicação de procedência).

Ao final da matriz (ver figura 1), na coluna contagem, há o destaque para a pontuação alcançada para cada empreendimento com seu (s) respectivo (s) produto (s). A partir desta pontuação/contagem, pode-se atribuir uma classificação para o empreendimento, conforme figura a seguir.

Figura 2: Classificação - Escala Mater

Matriz de Atributos Territoriais Especificação de Recursos (MATER)		
Classificação		
MATER1	**MATER2**	**MATER3**
De 1 a 3 Atributos	De 4 a 6 Atributos	De 7 a 9 Atributos

Fonte: Elaboração própria (2024)

É importante destacar que a classificação é para possibilitar investigar se os empreendimentos com menos itens de especificação têm comportamento ou impacto diferente dos empreendimentos com maior quantidade de atributos de especificação.

Abaixo um simulado com dados hipotéticos para mostrar um cenário de classificação.

Figura 3: Simulado Mater

MATRIZ DE ATRIBUTOS TERRITORIAIS - ESPECIFICAÇÃO DE RECURSOS (MATER)													
Dados gerais				Atributos									Pontuação de Especificidade
				Territorial					Qualidade				
Nº	Município/Território	Agroindústrias	Produto	Saber-fazer Familiar	Ambientais/ Paisagísticos	Históricos	Culturais/ Tradições	Processos Produtivos Únicos	Sistemas de Governança	Marca de Certificação	Marca Coletiva	Indicação Geográfica	Contagem
1	XXX/ZZZ	PPP	a,b,c	0	1	0	1	0	0	1	0	0	3
2	YYY/ZZZ	MMM	c,d,e	0	1	0	1	1	0	1	0	0	4
3	TTT/ZZZ	SSS	a,e,f	1	1	1	1	1	0	1	0	0	6

Fonte: Elaboração própria (2024)

Considerando a escala Mater, o empreendimento PPP estaria no Mater1, MMM estaria no Mater2 e SSS estaria no Mater3. Importante salientar, que a pontuação não julga o mérito do produto territorial, apenas servirá de base para comparações com os resultados em termos de diferenciais de renda.

Para um pré-teste foi utilizado o produto queijo serrano e três queijarias da amostra que responderam ao questionário qualitativo.

Figura 4: Simulado Mater para agroindústrias de queijo serrano da Serra Catarinense (amostra)

MATRIZ DE ATRIBUTOS TERRITORIAIS - ESPECIFICAÇÃO DE RECURSOS (MATER)													
Dados gerais				Atributos									
				Territorial					Qualidade				Pontuação de Especificidade
Nº	Município/Território	Agroindústrias	Produto	Saber-fazer Familiar	Ambientais/ Paisagísticos	Históricos	Culturais/ Tradições	Processos Produtivos Únicos	Sistemas de Governança	Marca de Certificação	Marca Coletiva	Indicação Geográfica	Contagem
1	São José do Cerrito	Queijaria Dona Hilda	Queijo serrano	1	0	0	1	1	1	0	0	0	4
2	Bom Jardim da Serra	Queijos Pirina	Queijo serrano	1	0	0	1	1	1	1	0	0	5
3	Urubici	Queijos Tio Niva	Queijo serrano	1	0	0	1	1	1	1	1	0	6

Fonte: elaboração própria (2024) com base na pesquisa Lemate/UFSC (2022)

Observa-se pelos atributos que na escala, a Queijaria Dona Hilda possui um elo menos intenso com a territorialização do seu produto, ficando na classificação Mater 1, enquanto Queijos Pirina e Queijos Tio Niva, encontram-se na classificação Mater 2, numa escala de maior territorialização do produto. Para avançar na comparação são necessários dois dados, o preço e o custo, para que se possa comparar o diferencial de renda entre os produtos. Na amostra coletada apenas a agroindústria Queijos Pirina apresentou os dois dados, sendo R$ 45,00 o preço por quilo, com um custo aproximado de R$28,00, diferencial de R$ 17,00. No caso dos Queijos Tio Niva, o preço por quilo está em torno de R$ 35,00, porém, não especificou o custo de produção. Mas é possível observar que embora o queijo serrano da agroindústria Tio Niva de Urubici esteja na classificação Mater 2, o preço está R$10,00 menor que o queijo serrano da agroindústria Queijos Pirina de Bom Jardim da Serra, de mesma

classificação, mas que tem um atributo de qualidade a menos, o que suscita maior investigação com relação a precificação e não apenas do diferencial de custos. Com relação ao queijo serrano da agroindústria Queijaria Dona Hilda, não foi possível realizar a comparação por falta dos dois dados até o momento do fechamento deste artigo, preço e custo.

As agroindústrias testadas apresentam produtos com pelo menos três atributos territoriais - Saber-fazer Familiar, Culturais/ Tradições, Processos Produtivos Únicos nas agroindústrias testadas - e pelo menos um item de atributos de qualidade, sendo Sistemas de Governança em todas as agroindústrias testadas, Marca de Certificação nas agroindústrias Queijos Pirina e Queijos Tio Niva e Marca Coletiva na agroindústria Queijos Tio Niva.

Embora o modelo apresente potencial para a classificação territorial e de qualidade, mas ainda carece de aperfeiçoar para as comparações e conclusões em termos de diferencial de renda. O pré-teste inicial serviu de base para os próximos passos, pois será necessário ajustar no questionário a coleta de dados dos preços e custos para a apuração do diferencial entre preço e custo, e uma nova rodada de entrevistas com base nos atributos da Matriz Mater, pois alguns itens não estão contidos na pesquisa Lemate/UFSC de 2021/2022. Outras possibilidades serão testadas, tais como o diferencial de renda a partir do giro da comercialização, tendo em vista os aspectos territoriais e de qualidade podem aumentar a atratividade dos produtos.

5 Resultados e discussões

Lacroix, Mollard e Pecqueur (1998) destacam a possibilidade de desenvolvimento sustentável em zonas rurais desfavorecidas ser gerado a partir da

especificação de produtos agrícolas ancorados territorialmente e chamam a atenção para o fato de que entre os produtos de qualidade territorial, alguns geram mais valor que outros, o que foi denominado de Renda de Qualidade Territorial (RQT).

Para demonstrar a existência o valor denominado de renda de qualidade territorial, Mollard e Pecqueur (2001) apresentam uma matriz de valorização de atributos e um método com base no estudo de caso do azeite de Nyons (*Baronnies*). Uma vez que a teoria da Renda de Qualidade Territorial tem aplicação no contexto francês, a investigação para Santa Catarina necessita levar em consideração as especificidades e a realidade brasileiras, tal qual aludido no estudo da cesta de bens e serviços territoriais aplicadas ao Brasil (Cazella et al., 2020; Ramos et al., 2022; Ramos et al., 2023). Por isso, este artigo apresentou a proposição de um modelo inicial que possa aproximar e representar a realidade para compreender o movimento da renda no contexto do desenvolvimento territorial, considerando o pré-teste com as agroindústrias familiares da Serra Catarinense.

Para analisar a questão da especificidade dos recursos territoriais que pudesse possibilitar a análise dos dados coletados, foi elaborada a Matriz de Atributos Territoriais – Especificação de recursos (MATER). Inicialmente foram listados os atributos de acordo com a literatura da área do desenvolvimento territorial sustentável, após foram fundamentados os descritores e então foi aplicado um pré-teste com três agroindústrias da amostra.

A matriz apresenta 9 atributos territoriais e a pontuação alcançada para cada empreendimento com seu (s) respectivo (s) produto (s). A partir desta pontuação/contagem, pode-se atribuir uma classificação para o empreendimento. As agroindústrias testadas apresentam produtos com pelo menos três atributos

territoriais - Saber-fazer Familiar, Culturais/ Tradições, Processos Produtivos Únicos nas agroindústrias testadas - e pelo menos um item de atributos de qualidade, sendo Sistemas de Governança em todas as agroindústrias testadas, Marca de Certificação nas agroindústrias Queijos Pirina e Queijos Tio Niva e Marca Coletiva na agroindústria Queijos Tio Niva.

Na análise comparativa, ainda há uma lacuna nas informações da amostra, já que faltaram dados de preço e custo para duas agroindústrias testadas, o que exige ajustes e adaptações nas entrevistas para a próxima fase. No entanto, um indicativo relevante foi identificado: o queijo serrano de uma agroindústria com 6 atributos está R$ 10,00 mais barato que o de outra agroindústria com 5 atributos, o que também sugere a necessidade de um estudo mais aprofundado com relação aos atributos, bem como a relação de oferta e demanda do território analisados.

É importante destacar que a classificação tem o intuito de possibilitar a análise comparativa da renda agregada aos empreendimentos/produtos a partir da especificidade territorial e por isso será sempre necessário aliar a matriz ao levantamento dos dados da renda para proceder às análises.

Referências

BENKO, G.; PECQUEUR, B. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. *Geosul,* Florianópolis, v.16, n.32, p 31-50, jul./dez. 2001. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/14006. Acesso em maio/2022. *Acesso em: 02/02/2024.*

BRASIL. *Lei nº 9.279 de 14 de maio de 1996.* Disponível em: *https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=9279&ano=1996&ato=060MTVq1UMJpWT0d1*. Acesso em: 13/02/2024.

BRASIL. *Lei nº 7.889 de 23 de novembro de 1989*. Disponível em: https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=7889&ano=1989&ato=506ATQE5EeFpWTdod. Acesso em: 13/02/2024.

CAMPOS, Ricardo Luiz Sapia de. Desenvolvimento rural, conhecimento e Cooperação como força produtiva. *Perspectivas*, São Paulo, v. 32, p. 161-180, jul./dez. 2007. Disponível em: file:///C:/Users/servidor/Downloads/6-Artigo+5.pdf. Acesso em: 25/02/2024.

CAZELLA, A. A.; MEDEIROS, M.; DESCONSI, C.; SCHNEIDER, S.; DE PAULA, L. G. N.. O enfoque da cesta de bens e serviços territoriais: seus fundamentos teóricos e aplicação no Brasil. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional G&DR.* V. 16, N. 3, P. 193-206, Taubaté, SP, set-dez/2020.

GORZ, A. *O imaterial:* conhecimento, valor e capital. São Paulo: AnnaBlume, 2005.

HIRCZAK, M.; MOALLA, M.; MOLLARD, A.; PECQUEUR, B.; RAMBONILAZA, M.; VOLLET, D..Le modèle du panier de biens Grille d'analyse et observations de terrain. *Économie Rurale.* 2008. P. 50 -70. Disponível em: https://www.cairn.info/revue-economie-rurale-2008-6-page-55.htm. Acesso em ago. 2023. DOI : 10.4000/economierurale.366.

LACROIX A.; MOLLARD A.; PECQUEUR, B..Association de Science Régionale de Langue Française. Faculté Des SciencesEconomiques Et Sociales. *La production d'une rente de qualité territorial e comme stratégie de développement*: le cas des Baronnies. 33. Colloque: Renouveau régional, renouveau urbain, Sep 1997, Lille, France.

LACROIX A.; MOLLARD A.; PECQUEUR, B.. *Politiques de développement local et rente de qualité territoriale des produits alimentaires.* Journées internationales de la recherche pour la gestion des territoires ruraux sensibles, Apr 1998, Clermond-Ferrand, France.

LACROIX A.; MOLLARD A.; PECQUEUR, B..Origine et produits de qualitéterritoriale: dusignal à l'attribut?.*Revue d'ÉconomieRégionale et Urbaine*, Armand Colin, 2000, p. 683-705.

LUVIZOTTO, Caroline Kraus. *As tradições gaúchas e sua racionalização na modernidade tardia [online]. Editora UNESP. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 140 p. ISBN 978-85-7983-088-4.* Disponível em: https://static.scielo.org/scielobooks/cq8kr/pdf/luvizotto-9788579830884.pdf. Acesso em: 26/02/2024.

MOLLARD, A.. Qualité et développement territorial : une grille d'analyse théorique à partir de la rente. *Economie Rurale,* n°261, 2001, pp.16-34. Disponível em: https://www.persee.fr/docAsPDF/ecoru_0013-0559_2001_num_263_1_5240.pdf. Acesso em: 21/02/2024.

PECQUEUR, B.. Qualité et développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et services territorialisés. *Économie rurale,* vol. 261, n o 1, p. 37-49, 2001. Disponível em: https://www.persee.fr/docAsPDF/ecoru_0013-0559_2001_num_261_1_5217.pdf. Acesso em: 05/02/2024.

RAMOS, I. da S.; TURNES, V. A.; CAZELLA, A. A.. *Renda de qualidade territorial:* Trajetória teórico-histórica francesa e reflexões da aplicação ao Brasil. VI SEDRES. Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade. Crato – CE, 06 a 08 de dezembro de 2022. ISSN 2358-4408.

RAMOS, I. S.; TURNES, V. A.; CAZELLA, A. A..*Renda de qualidade territorial no extremo oeste catarinense*? abre-se uma agenda de investigação. Anais do IX Workshop Catarinense de Indicação Geográfica & Mostra de Produtos Tradicionais (no prelo). Lages/SC, 2023.